

APRESENTAÇÃO

Em 2018 vimos, no Brasil, o acirramento de uma disputa sobre o poder dizer a democracia como direito à igualdade no espaço dos diferentes; como exercício da liberdade e respeito ao outro, como possibilidade de construção de uma certa humanidade. Conforme dissemos na chamada desse dossiê, na conjuntura brasileira recente, além de deslocamentos conservadores na esfera do poder político (e justamente por eles/com eles), temos sido confrontados com movimentos outros que vêm afetando a produção de sentidos nos campos da educação e da produção científica: trata-se de discursos - materializados em movimentos, projetos, programas de governo, novas leis - que mexem com as redes de memória e de filiação que dizem a educação e seus pressupostos, finalidades, objetos e práticas, e também dizem sobre os sujeitos da educação e da(s) língua(s), situando nossa época num espaço de tensão marcado por processos paradoxais, polêmicos, quer de suspensão ou apagamento, quer de resistência, e talvez renovação, de posições-sujeito e de sentidos.

Esse convite à reflexão, acolhido por muitos colegas, resultou no número que agora apresentamos aos leitores e que está dividido em seis seções organizadas pela afinidade temática dos textos nelas reunidos. Abre esse número da Revista Investigações um conjunto de quatro artigos que formam a **Seção 1 – DISCURSOS EM DISPUTA NA BNCC: ENSINO, DEMOCRACIA, DIFERENÇA**. No primeiro deles, intitulado **Reforma do Ensino Médio e BNCC – Divisões, disputas e interdições de sentidos**, Claudia Pfeiffer e Marisa Grigoletto, ao se debruçar sobre “a textualidade da reforma do ensino médio” e os documentos dela resultantes, discutem as contradições da política de Estado para a educação no Brasil, mostrando como os discursos sobre o mercado de trabalho e o emprego, sustentados pelos saberes de uma formação ideológica neoliberal, produzem determinações sobre quem são os sujeitos da educação e sobre o próprio sentido de formação, que, nesse caso, vê-se reduzido à preparação de um sujeito “qualificado” para atender às necessidades do mundo do trabalho. Trata-se de discursividades que parecem nos dirigir para um sentido comum de que é pelo mercado e para ele que devemos educar, produzindo, apenas, sujeitos “competentes” para atuarem nesse espaço.

E é justamente no rastro dos efeitos de sentido de *competência* presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC - 2017) que Luciana Nogueira e Juciele Pereira Dias, em **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Sentidos em disputa na lógica das competências**, trabalham, colocando à mostra essa *mercado-lógica* que teima em nos aprisionar. Problematizando a força desses modos de dizer, as autoras nos convidam a pensar sobre o peso do utilitarismo na educação e a forma sutil, que se inscreve em documentos como a BNCC, de se fazer política apagando a política.



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada. https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Os discursos sobre a BNCC voltam a ser objeto de análise no trabalho de Ronaldo Adriano de Freitas e Silmara Dela Silva, **“Se a base da educação é a mesma, as oportunidades também serão”? A propaganda sobre educação no governo Temer.** Ao analisar uma peça publicitária a respeito da BNCC, os autores nos trazem uma discussão sobre os modos de produção e funcionamento “da propaganda governamental na formação social capitalista”, apontando como, na propaganda em questão, produz-se um imaginário de democracia e cidadania sobre a BNCC que a projeta como uma chave para solucionar a desigualdade social no Brasil.

Voltando ao texto da Base, numa perspectiva mais propositiva, Mary Neiva Surdi da Luz, Jancileidi Hübner e Maria Cecília H. Konzen, em **Diversidade na aula de Língua Portuguesa: um olhar discursivo ao que diz a BNCC**, refletem, a partir de uma recorte do documento, sobre a abordagem pedagógica da questão da diversidade na sala de aula de língua portuguesa. Aderindo à orientação da BNCC sobre esse tema, as autoras defendem ser necessário discutir os limites tênues e tensos entre liberdade de expressão e seu “exercício abusivo” pelos discursos de ódio, e que a escola promova uma formação ética e crítica dos aprendizes, explorando as novas práticas de linguagem da cultura digital e as determinações sócio-históricas e ideológicas dos discursos e dos sujeitos.

Na **Seção 2 – SOBRE RETROCESSOS E RESISTÊNCIA: OLHANDO PARA O GOLPE, AS OCUPAÇÕES, A EDUCAÇÃO**, três trabalhos ampliam o olhar sobre as discursividades contemporâneas focalizando movimentos polêmicos em torno dos sentidos da educação. O texto de Breno Rafael M. P. R. Rezende, **Do “golpe” à universidade: análise de uma polêmica discursiva entre dois campos**, analisa a *polêmica discursiva* em torno do “papel da universidade” suscitada pelo anúncio da oferta de uma disciplina sobre “o golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil” pelo Departamento de Ciência Política da UNB. Utilizando como *corpus* principal duas notas sobre o caso publicadas no portal UOL, o autor considera que tais notas expressam uma batalha “pelo direito de ‘legislar’ sobre aquilo que se deve ou não ‘ensinar’” envolvendo os campos acadêmico e político-administrativo. Nessa batalha, segundo argumenta, o campo legislativo, sob a aparência de neutralidade, tensiona as “regras de funcionamento” dos dois campos confrontados, dando ensejo ao efeito de “polêmica discursiva” sobre o papel da universidade.

Deslocando a discussão para o espaço discursivo da escola secundarista, Luiza Bedê Barbosa e Cinthia Yuri Galelli, em **Hoje a aula é na rua: as ressignificações do espaço de ensino**, analisam relações e deslocamentos de sentido das palavras *aula* e *rua*, em sua emergência no enunciado *Hoje a aula é na rua*, utilizado no contexto das ocupações das escolas paulistas em 2015. As autoras entendem que a aproximação das duas palavras, no enunciado em questão, marca um confronto das formações discursivas do “ensino tradicional” e do “movimento estudantil”, sinalizando uma ressignificação do espaço-tempo e das formas de subjetivação do dispositivo escolar.

A questão da neutralidade/parcialidade do discurso educacional, abordada no primeiro artigo desta seção, também é objeto de análise no artigo de Bruna Maria de S. Santos e Washington S. de Farias, **Entre a asfixia e a resistência: a “luta ideológica de movimento” em torno da educação nacional**, que trata das “políticas de significação” dos movimentos Escola sem Partido (MESP) e Professores contra o Escola sem Partido (PCESP). Mediante análise de alguns recortes textuais referentes aos dois movimentos, os

autores caracterizam a política de significação do MESP como uma discursividade autoritária, produtora de um efeito geral de asfixia dos sujeitos e dos objetos de ensino, com a qual se confronta o discurso do MPCESP, que denuncia e reafirma a politicidade e polissemia do campo educacional.

A **Seção 3 - QUESTÕES SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA: CINISMO, VERDADE E IDEOLOGIA NAS TRAMAS DO POLÍTICO** inicia com a discussão proposta por Mônica Ferreira Cassana em **Eles não sabem o que fazem?: o discurso cínico e a ideologia de gênero**, artigo no qual observa o atravessamento do político pelo religioso a partir da análise dos efeitos de sentido produzidos pelo discurso conservador em torno da noção de “ideologia de gênero”. Em sua reflexão, a autora nos leva a um questionamento acerca do discurso cínico e seu funcionamento, observando como o “acobertamento do que é ideologia engendra a noção de que só a expressão “ideologia de gênero” é, de fato, ideológica e constrói uma farsa, encenada através do discurso cínico”.

Os debates sobre a questão de gênero e seu tratamento na escola retornam pelas palavras de Louise Medeiros Pereira, Karoline Machado Freire Pereira e Francisco Vieira da Silva, em **O povo da fé e o pavor do sexo: jogos de verdade nos discursos acerca do PL Nº 582/2017 da cidade de Campina Grande/PB**. Ancorados nas discussões propostas por Michel Foucault, os autores vão olhar, em seu artigo, para os jogos de verdade e as relações de saber/poder presentes nas discussões em torno da aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 582/2017, pela Câmara Municipal da cidade de Campina Grande-PB. Os autores trazem à tona, em seu trabalho, o intenso jogo de forças que envolve a disputa pela “verdade” a respeito da questão da “ideologia de gênero”, colocando em causa a própria definição de estado laico e a força do “povo da fé” na produção de movimentos de interdição e silenciamento de outros setores da sociedade e suas lutas.

O discurso religioso e sua força na forma de dizer os sujeitos e seus corpos é o que vamos encontrar, também, em **Construction de sens sur l’homosexualité dans des déclarations politico-religieuses**, de Guilherme Figueira-Borges, em que o autor se debruça sobre “os dizeres dos deputados federais Jair Bolsonaro e Marco Feliciano acerca do Kit ‘Escola Sem Homofobia’, a fim de evidenciar construções do corpo homossexual na sociedade brasileira”. Ao mobilizar conceitos como o de memória discursiva, o autor vai pensar como o corpo homossexual, feito objeto, é contruído nesses discursos a partir de uma relação com a promiscuidade, que o coloca num lugar de recusa, de rejeição, e que redonda, na relação com a escola, em uma interdição, nesse espaço, tanto desses corpos como das discussões sobre ele.

Os dizeres sobre a sexualidade na escola voltam a ser objeto de reflexão no trabalho de Juliana Castro Santana, que, em **Processos de significação em um guia de prevenção da violência sexual na infância**, analisa o material *Pipo e Fifi: Prevenção de violência sexual na infância para pensar que sentidos se produzem*, propondo-nos uma discussão em torno das formas como o Estado “administra o complexo processo de significação sobre a violência sexual na infância, produzindo identificações e efeitos de verdade”. O que nos propõe a autora é que, enquanto educadores, possamos construir um olhar crítico e atento aos modos de dizer com os quais nos deparamos (e que também (re)produzimos), assumindo a opacidade da língua e dos sentidos como um desafio na tarefa de ler os discursos, de compreendê-los a partir, também, dos sentidos outros que podem produzir.

Fecha essa seção o trabalho de Francisco Higo Amorim e Maria Lúcia Castilho, **A representação social de negros e das cotas raciais em notícias da mídia on-line sobre candidato ao concurso do Itamaraty**, no qual os autores nos colocam diante de outra discussão pulsante em nossa sociedade: as Políticas de Ações Afirmativas (PAA) e a questão das cotas raciais nos concursos públicos brasileiros. A partir do referencial teórico da Análise de Discurso Crítica (ADC), os autores analisam notícias produzidas sobre uma possível fraude no sistema de cotas de concursos públicos do Itamaraty, observando como nelas se materializam determinadas representações tanto sobre os negros como acerca das PAA que levam a uma rejeição dessas políticas e dos sujeitos por elas atendidos. Mostram-nos assim os autores como tais questões (assim como as de gênero e sexualidade) ainda são feridas abertas em nossa sociedade e como, pelos discursos, vão se colocando à mostra essas cicatrizes.

Iniciamos a **Seção 4 – SUJEITO(S), LÍNGUA(S), INSTITUIÇÕES: RELAÇÕES DE CONTATO/CONFRONTO ENTRE O POLÍTICO E O SIMBÓLICO** na companhia de Mariza Vieira da Silva, que, em seu artigo **O sujeito urbano escolarizado e as políticas de língua(s): de pobre a excluído**, convida-nos a compreender as contradições presentes nos diferentes processos discursivos por meio dos quais se diz a posição sujeito urbano, observando os deslizamentos de sentido que se produzem entre as noções *pobre* e *excluído* por meio da análise de como a relação língua/sujeito/história se manifesta “na divisão do trabalho de leitura e escrita na escola e na divisão técnica do trabalho na sociedade”.

Na sequência, Laura Fortes, em **Sentidos de legitimação do ensino bilíngue português-inglês: efeitos do discurso institucional**, traz, ao olhar para o discurso institucional, um recorte de sua tese de doutoramento que lhe permite observar como os efeitos e a legitimação sobre o ensino bilíngue português-inglês, presentes em diversas discursividades, incidem sobre o discurso profissional. Ao pensar sobre o imaginário e sua força, Fortes discute o modo de representação da “instituição escolar bilíngue como uma ‘instituição sem falhas’”, trazendo à tona os discursos que sustentam tal representação.

O imaginário sobre as línguas estrangeiras aparece, também, no trabalho de Ângela Paula Nunes Ferreira e Maria Regina Baracuhy Leite, que nos trazem uma discussão sobre as vontades de verdade em torno da língua espanhola no Brasil. Em **“Aqui hablamos portuñol”? Propaganda turística e “vontades de verdade” sobre o conhecimento de língua espanhola no Brasil**, as autoras analisam, pelo viés dos estudos foucaultianos, a campanha publicitária da Embratur intitulada “Aqui hablamos portuñol: En Brasil todo mundo se entiende”, trabalhando sobre o modo como esse discurso sustenta práticas (e políticas) sobre a língua, a exemplo da revogação da oferta obrigatória de língua espanhola nas escolas brasileiras.

O atravessamento do político nas formas de dizer é tema de discussão do trabalho de José Reginaldo Gomes de Santana e Nadia P. da Silva G. de Azevedo que, em **O político na constituição do discurso do sujeito Xukuru do Ororubá: educação, memória e luta**, mostram como esse sujeito, ao falar de si, retoma marcas de uma memória de luta e resistência que se faz presente no dizer de si a partir de uma instituição de ensino não circunscrita ao seu lugar de origem.

Essa seção se encerra com a discussão trazida por Walkíria Pereira da Silva Dias em **O tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa em espaços educacionais no Maranhão: uma análise discursiva de editais de concursos**. A partir de uma análise do

discurso institucional presente nos editais, a autora mostra como esses modos de dizer constroem um saber sobre a profissionalização do tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa (TILP), observando como “O discurso de inclusão das pessoas surdas alicerça a legislação e as práticas institucionais da educação das pessoas surdas, mas esbarra no discurso e nas práticas institucionais (editais de concurso) que afetam negativamente a profissionalização do TILP, processo inacabado e constituído em ações de resistência e poder.”

A **Seção 5 – PROPOSTAS E POLÍTICAS DE ENSINO DE LÍNGUAS: MOVIMENTOS DE SUJEITOS E SENTIDOS** reúne três trabalhos que têm em comum a proposição ou avaliação de práticas de ensino e aprendizagem de línguas. O primeiro deles, **Das injunções institucionais à constituição da autoria: uma via para o trabalho com a leitura e a escrita na escola**, de Maria José dos Santos e Maristela Cury Sarian, relata o processo de construção de uma proposta de trabalho com a leitura e a escrita em uma sala de aula de língua portuguesa como parte das ações do programa de Mestrado Profissional em Letras da UNEMAT-Cáceres-MT. Assumindo a perspectiva da Análise de Discurso filiada a Michel Pêcheux, as autoras discutem as injunções institucionais, pedagógicas e teóricas que determinaram a elaboração da proposta, tendo em vista o desenvolvimento de uma prática de ensino e aprendizagem que não cedesse ao discurso da “falência do Estado” nem ao “pedagogismo imediatista”.

O texto seguinte, de Pedro Luís Fagundes do Amaral e Carolina Fernandes, **A Ditadura Militar no Discurso Midiático: Uma abordagem discursiva na Educação de Jovens e Adultos**, também focaliza a questão da autoria na aula de língua portuguesa pela ótica discursiva. Partindo de uma “reflexão político-pedagógica” sobre os sentidos da ditadura que vieram à tona nos anos de 2014 e 2015 no Brasil, dentre os quais aqueles que sustentavam a volta do regime militar, bem como sobre a “dissimulação” da parcialidade da imprensa no trato desse tema, os autores defendem a necessidade de os professores levarem a política para a sala de aula, realizando um trabalho de leitura que explore os arquivos da memória da ditadura considerando a polissemia dos sentidos.

No último texto da seção, **Usos da língua tupi entre os Potiguaras: qual Política Linguística em jogo?**, Hellen Cristina Picanço Simas e Regina Celi M. Pereira da Silva, discutem a implantação da língua tupi em escolas potiguaras do estado da Paraíba. Para isso, fazem uma revisão teórica acerca dos sentidos das expressões *política linguística* e *planejamento linguístico*, bem como um apanhado histórico sobre a língua tupi. Na parte final do artigo, avaliam a efetiva implementação do ensino e aprendizagem da língua tupi na Paraíba, constatando um quadro ainda pouco animador, tendo em vista que tal implementação não estaria promovendo a ampla circulação da língua nas comunidades indígenas.

Na **Seção 6 – RELAÇÕES ENTRE LÍNGUA E HISTÓRIA: UM OLHAR SOBRE OS LIVROS, A LEITURA E O PENSAMENTO LINGUÍSTICO**, Cristine Gorski Severo e Ana Cláudia Fabre Eltermann, no artigo **Língua e brasilidade no pensamento linguístico dos anos 1940-1960**, nos trazem uma visada sobre a história teórico-política do português brasileiro, problematizando as relações entre língua e brasilidade a partir da consideração de algumas obras emblemáticas do pensamento linguístico dos anos de 1940-1960. Segundo as autoras, as obras e autores selecionados revelam como “os discursos de língua e brasilidade foram tecidos” no período. Nessa perspectiva, identificam três orientações discursivas dominantes nos textos recortados, definidas pela posição dos autores quanto ao

status da língua do Brasil em relação à de Portugal (unificação, diferenciação ou “brasilidade”). Desse modo, concluem que, no período de 1940, a configuração do campo de saber da Linguística e da própria definição de língua afetou e foi afetado pela construção de um imaginário de brasilidade.

No texto de Cristian Henrique Imbruniz, **Livros escolares e ensino de escrita: selecionando material entre a linguística e a história**, a relação entre língua e história é abordada a partir da proposição de uma articulação teórico-metodológica entre os campos da Análise de Discurso e da História, a fim de analisar a historicidade dos livros escolares. O autor considera o livro escolar e seus dados editoriais enquanto “enunciados em ruína” (Corrêa), entrecruzando seu “acontecimento discursivo” (Pêcheux) uma atualidade e uma memória. Argumenta, assim, que os dados em ruína, embora lacunares, são positivos, pois permitem formular hipóteses sobre a produção, destinação e circulação das obras.

O ensaio de André Magri Ribeiro de Melo, **Sobre asfalto e flores: Nota sobre livro, leitura, literatura e biblioteca no Brasil pós-golpe de 2016**, partindo da contundente metáfora “dentro das tripas do cão”, pinçada de romance de Osman Lins, propõe uma reflexão sobre as contradições e perspectivas do projeto de democratização da leitura e da cultura escrita no Brasil, em face dos acontecimentos políticos da conjuntura pós-golpe de 2016. O texto passa em revista o “escandaloso” conjunto de ataques governamentais aos direitos sociais, políticos, culturais e educacionais posterior ao golpe, avaliando seus impactos sobre as políticas de educação literária. Rejeitando a alternativa da indiferença cúmplice (ou o “acordo dúbio com os excrementos”), o autor pontua também “conquistas” e “estratégias” de luta e resistência às ações deletérias em curso por parte de grupos e movimentos sociais.

O texto de André Melo, que fecha a última seção, dadas as numerosas e oportunas “provocações epistêmicas e políticas” sobre o cenário de retrocessos e resistências da conjuntura sociopolítica, cultural e educacional recente, pode ser lido tanto como prefácio quanto como posfácio deste dossiê. Por isso, escolhemos terminar esta Apresentação com uma de suas proposições, que, desejamos, dê o fôlego necessário para os embates das leituras que seguem: “é direito de todo cidadão: ler, ficcionalizar, fabular, aprender, questionar, criticar”.

Fabiele Stockmans De Nardi (UFPE) e Washington S. de Farias (UFCG)